

mercado



Vista aérea de subestação de energia elétrica da Enel em Niterói (RJ) Ian Cheibub - 14.jul.22/Reuters

# Estados podem adiar redução na conta de luz, decide STF

Perda comprovada com arrecadação de ICMS terá de ser indenizada primeiro

Julio Wiziack

**BRASÍLIA** A redução adicional de R\$ 10 bilhões na conta de luz dos brasileiros, que poderia ser um dos trunfos da campanha pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), não deve chegar às faturas de 22 estados antes da eleição.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que a redução só pode ser feita apenas depois que os governos estaduais forem indenizados pelo governo por perdas de arrecadação. Uma vez recebida a compensação, o desconto seria repassado na conta de luz do mês seguinte.

Caso os descontos do ICMS —que foi unificado em 17%— fossem aplicados integralmente, como prevê a nova legislação, a conta de luz dos assinantes residenciais e empresariais desses 22 estados sofreria uma redução de 7,38%, segundo cálculos da Abrace (Associação dos Gran-

des Consumidores de Energia e Consumidores Livres).

Para a indústria, base de associados da entidade, esse desconto seria menor —5,8%. No total, representaria cerca de R\$ 10 bilhões em descontos.

A lei unificou o ICMS de combustíveis e serviços essenciais para todos os entes federativos. No caso da energia elétrica, passou a ser cobrado ICMS de 17%.

Além disso, isentou da cobrança desse imposto os encargos setoriais de geração, distribuição e transmissão, e determinou compensação financeira em caso de perdas superiores a 5% da arrecadação anterior (com ICMS mais elevado do que 17%).

Argumentando que perderiam receita, 22 estados foram ao STF pedir compensação antecipada dessa parcela do custo que compõe a conta de luz. Técnicos das secretarias de Fazenda afirmam que a lei não deixou claro se,

no caso dos encargos, a compensação por parte da União deveria ocorrer antes ou depois do repasse do desconto para as contas de luz.

Ao menos três estados —AC MG e RN— já obtiveram decisão favorável do ministro Gilmar Mendes, relator das ações que tramitam no Supremo questionando a alíquota de ICMS no setor e pleiteando a antecipação automática.

Em seus despachos, Gilmar permitiu a compensação antecipada no que “excederem a 5%, calculadas mês a mês, com base no mesmo período do ano anterior e com correção monetária (pelo IPCA-E), sem a cobrança de quaisquer encargos moratórios daí decorrentes”.

O ministro também vetou a inclusão do estado em quaisquer cadastros de inadimplência. Decidiu ainda impedir a “alteração ou reclassificação de rating [nota de crédito] da Capacidade de Pa-

gamento (Capag), base para avaliação para que o estado possa tomar empréstimos no mercado.

Embora todos os entes federativos apliquem a nova alíquota de ICMS sobre a tarifa de energia, somente cinco deles —MG, ES, SP, PR e RS— estão isentando automaticamente os encargos setoriais. Esse grupo concentra mais da metade da arrecadação. Os demais recorreram ao STF.

Nos autos, eles afirmam que os estados já perderam dinheiro demais com os descontos de ICMS nas tarifas que, em alguns estados, chegava a 32%.

Para eles, não houve mecanismos eficazes de compensação para essas perdas. Além disso, afirmam que a lei que criou o teto do imposto estadual inclui um gatilho que permite aos estados abater dívidas com a União, caso as medidas levem a uma queda maior que 5% na arrecadação total com o ICMS.

# Indústria volta a crescer em julho, mas fica abaixo do nível pré-pandemia

**REUTERS** A produção industrial do Brasil voltou a subir em julho, favorecida por medidas do governo, mas iniciou o terceiro trimestre a passos lentos em meio a um cenário de alta de juros, inflação elevada e restrições de oferta.

Em julho a indústria registrou avanço de 0,6% em relação ao mês anterior, voltando a crescer após recuo de 0,3% em junho, resultado que interromperia quatro altas seguidas.

Mas os dados divulgados nesta sexta-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o setor ainda está 0,8% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, e 17,3% aquém do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção industrial teve queda de 0,5%.

As expectativas em pesquisa da Reuters com economistas eram de alta de 0,7% na variação mensal e de recuo de 0,3% na base anual.

“Temos uma melhora, mas longe de enxergar uma trajetória sustentável de crescimento para repor as perdas recentes da indústria”, afirmou o gerente da Pesquisa, André Macedo.

A indústria brasileira vem mostrando dificuldade de registrar uma trajetória sustentável de crescimento e pode apresentar ritmo lento no segundo semestre, quando o impacto da alta de juros começa a ser mais evidente. Para controlar a inflação, o Banco Central elevou a taxa básica Selic a 13,75%, o que encarece o crédito.

O setor ainda enfrenta a desaceleração da economia global. Por outro lado, o governo adotou medidas —como cortes de tributos sobre combustíveis, reduções de tarifas de importação e baixas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)— que favorecem a atividade.

“Esse é um bom início para o segundo semestre do ano, mostrando que o setor industrial permanece relativamente resiliente, graças ao efeito da reabertura total da economia e de medidas do governo para sustentar o setor”, destacou Andres Abadia, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics.

Ele prevê que o ritmo de crescimento deve ser modesto ao longo da segunda metade do ano “devido ao efeito defasado das condições financeiras mais apertadas, elevado ruído político e economia global mais fraca”.

Entre as atividades, Macedo destacou ainda que somente dez ramos industriais mostraram crescimento, enquanto 16 mostraram queda. “É um crescimento que se dá de uma forma muito concentrada nesse mês de julho”, disse ele.

Em julho, a maior influên-

cia positiva entre as atividades partiu do setor de produtos alimentícios, que cresceu 4,3%, no terceiro mês seguido de avanço na produção. Outras contribuições positivas vieram das indústrias de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2,0%) e indústrias extrativas (2,1%).

Por outro lado, os recuos na fabricação de máquinas e equipamentos (-10,4%), outros produtos químicos (-9,0%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-5,7%) exerceram os principais impactos negativos em julho.

Entre as categorias econômicas, a produção de bens intermediários cresceu 2,2%, enquanto a de bens de consumo semi e não duráveis aumentou 1,6%.

Já os produtores de bens de consumo duráveis registraram queda de 7,8%, enquanto os de bens de capital apontaram recuo de 3,7%. Esses resultados negativos, segundo Macedo, devem-se a restrições de ofertas de insumos e componentes eletrônicos para a produção do bem final, além de problemas na demanda doméstica.

“A melhora da indústrias tem muito a ver com liberação de FGTS, antecipação do 13º, liberação de crédito, mas ainda há restrições de insumos e matérias primas”, completou ele.

Dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados na véspera pelo IBGE mostram que a indústria brasileira cresceu 2,2% no segundo trimestre deste ano, e marcou o segundo resultado positivo consecutivo.

“Daqui para a frente, acreditamos que a indústria deve andar de lado, podendo até registrar resultados negativos. Esse desempenho mais fraco é reflexo de três fatores: elevação da taxa de juros, que começa a ser mais fortemente sentida no segundo semestre, desaceleração da economia global e queda de preços de commodities”, explicou Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

“Esse é um bom início para o segundo semestre do ano, mostrando que o setor industrial permanece relativamente resiliente, graças ao efeito da reabertura total da economia e de medidas do governo para sustentar o setor

Andres Abadia  
economista-chefe da  
Pantheon Macroeconomics

# Preços de comida e transporte têm desaceleração em São Paulo

**REUTERS** O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da cidade de São Paulo desacelerou a alta a 0,12% em agosto, depois de avançar 0,16% no mês anterior, com queda nos custos de alimentação e transportes.

Os dados divulgados nesta sexta-feira (2) pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostram que os preços do grupo Transportes tiveram queda de 1,51% no mês passado.

O grupo de Alimentação, por sua vez, registrou recuo de 0,58%.

Na outra ponta do levantamento, a maior alta foi registrada no item Despesas Pessoais, de 1,22%, enquanto os custos de Habitação avançaram 0,76%.

O IPC-Fipe mede as variações quadrissemanais dos preços às famílias paulistas com renda mensal variando entre um e dez salários mínimos.



Mulheres em Iresteno, cidade na fronteira do Quênia com a Etiópia Yasuyoshi Chiba / AFP

# Preços de alimentos caíram em agosto, segundo a FAO

**AFP** Os preços mundiais dos alimentos continuaram a cair pelo quinto mês consecutivo em agosto, com os óleos vegetais atingindo um nível ainda mais baixo do que um ano atrás, informou nesta sexta-feira (2) a FAO (Organização das Nações Unidas para

Agricultura e Alimentação).

O Índice de Preços de Alimentos da FAO, que acompanha os preços internacionais de uma série de commodities, vem caindo constantemente desde que atingiu um recorde histórico em março, após a invasão da Ucrânia pe-

la Rússia, em 24 de fevereiro.

Em agosto o índice registrou nova queda, mais moderada, de 1,9% em um mês.

O indicador de preços dos óleos vegetais caiu 3,3% em agosto, atingindo um nível ligeiramente inferior ao de agosto de 2021.

Os preços dos óleos de girassol, palma e colza despencaram e apenas a soja aumentou moderadamente, devido a preocupações com o impacto das condições climáticas adversas na produção dos Estados Unidos, informou a organização.